



JOÃO PESSOA, CAPITAL DA PARAÍBA: EM MEIO A UMA DAS MAIORES MATA ATLÂNTICA URBANA DO BRASIL

Boaz Vasconcelos Lopes

Universidade Federal de Campina Grande

Resumo

O artigo faz uma análise crítica da visão turística recorrente, mediante uma exposição da evolução histórica da Cidade de João Pessoa no contexto de conservação da Mata do Buraquinho. Esta cidade, quase sempre, deixa aos visitantes de passagem a impressões mais emblemáticas da mobilidade ambiental, principalmente, por ser bastante arborizada e de curtas distancias. Mediante uma abordagem com viés de desbravamento histórico, são enumeradas as várias possíveis razões concretas e imaginárias que fazem da Cidade de João Pessoa um espaço verde.

Palavras-chave: Qualidade de vida urbana; João Pessoa Cidade Verde; Mata do Buraquinho; Mata Atlântica.

Abstract

The article presents a critical analysis of the vision tourist applicant, by an exhibition of the historical evolution of the city of João Pessoa in the context of conservation of Mata Buraquinho. This city almost always leaves visitors passing through the most emblematic prints of environmental mobility, mainly because it is very wooded and short distances. Through an approach bias clearing history, listing the various possible reasons that make real and imaginary city of João Pessoa a green space.

Keywords: Quality of urban life; João Pessoa City Green, Mata do Buraquinho; Atlantic forest.

INTRODUÇÃO

Tem-se uma imagem a ser vendida a respeito da cidade de João Pessoa: ela é uma das cidades mais verdes do Brasil e, também, a "*Porta do Sol*", uma vez que nela está localizada a Ponta do Seixas: o ponto mais oriental das [Américas](#), o que faz a cidade ser conhecida como o lugar "onde o sol nasce primeiro nas Américas".

Para quem conhece bem o que é viver em uma cidade grande, a imagem que se tem a respeito da qualidade de vida é que não se assemelha à vida no interior. No entanto, mesmo para aqueles que passam pouco tempo em João Pessoa, logo descobre que, em geral, ela foge aos padrões de urbanidade de cidade como São

Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo Recife, está a poucas horas de distância. Mas, será que ao se estar na Cidade de João Pessoa, permanece-se, também, no interior de um grande centro?

Uma das linhas possíveis para se responde ou compreender o fenômeno da vida da cidade de João Pessoa é se debruce sobre três fundamentos que bem caracterizam as condições de sustentabilidade de um grande centro urbano:

- O econômico: a evolução econômica de João Pessoa, por exemplo, não foi equivalente à Recife;
- O ambiental: por alguma razão histórica, João Pessoa conseguiu conservar parte de sua Mata Atlântica;
- O social: os arranjos socioeconômicos de João Pessoa não alcançaram a pujança e complexidade de capitais mais próximas, como Recife, Salvador ou mesmo Natal; aliviando a possíveis pressões sociais ao seu legado patrimonial.

O legado Histórico da vida da cidade de João Pessoa afirma que muito de suas características foi fruto das opções administrativas que seus governantes foram fazendo ao longo de seu processo de urbanização.

O processo de urbanização de João Pessoa

Em 1856 a área atual da Mata Atlântica (conhecida popularmente como a Mata do Buraquinho), onde está inserido o Jardim Botânico de João Pessoa, era conhecida como Sítio Jaguaricumbe. Este aparece, a primeira vez, no registro de terras possuídas, com os limites que iam do litoral até o atual centro da cidade, chegando aos arredores da antiga Lagoa, onde fica hoje o Parque Solon de Lucena (SEMARH, 2001).

O Sítio Jaguaricumbe, que confina de norte a sul pelas duas estradas dos macacos e Jaguaribe, pelo nascente com o Rio Jaguaribe, e pelo poente com a rua do collegio Principiano na antiga arrobação, onde houve um marco perto do lugar da forca, d'ahi para o norte até com outro marco defronte da torre do collegio e dahi a lagoa [...] (MADRUGA, 2002, p. 6).

O fragmento anterior diz respeito a um dos documentos, relativas às origens da Mata do Buraquinho, mais abrangentes que nos foram disponibilizados. Esse, contido de uma vertente historicista, faz um resgate dos primórdios dessa reserva

ambiental, começando desde o período colonial até hoje; além de citar trechos originais dos documentos da época. Sua linha de construção se centra na tese de que existe um equivoco histórico sobre o assunto:

Há um conceito hoje, errôneo, porém genérico de que a Mata do Buraquinho nos limites entre a margem esquerda do Rio Jaguaribe e a rua D. Pedro II, é resultado do Sítio Jaguaribe de Baixo, o que na realidade não representa a exatidão dessa interpretação, pois, para dirimir essas dúvidas, necessário se torna que recorramos ao renomado compilador de Sesmarias dos tempos coloniais [...] (MADRUGA, 2002, p. 1).

Pelas nossas leituras documentais foi possível visualizar uma linha evolutiva da Mata de Buraquinho em que ficaram evidentes quatro acontecimentos marcantes ou marcos históricos que deram vida à reserva atual: a fase colonial, o início do serviço de abastecimento de água da cidade, o início da devastação da mata e a formação político-estrutural do jardim botânico.

Para Madruga (2002), da primeira fase (a colonial) destacam-se os seguintes marcos históricos que compuseram o ambiente da Mata do Buraquinho da época:

Rio Jaguaribe: este rio começava ao SO da capital, no lugar de Alagoa Grande, tomava a direção NE e despejava, após 12 km, no mar da Praia do Bessa, formando a enseada do mesmo nome. Foi nessa região que desembarcou o exército holandês em 4 de dezembro de 1634, depois de ter derrotado um pequeno contingente local, para sitiar o forte de Santa Catarina; perto havia a estrada do Jaguaribe, hoje conhecida como Rua Marechal Almeida Barreto.

Estrada dos Macacos: localizava-se a 3 km da capital e era regada pelo Rio Jaguaribe. De seus mananciais foram edificados os primeiros poços de captação e as primeiras usinas para o abastecimento de água da capital. Dessa estrada surgiu a então Rua da Palmeira, a que conhecemos hoje como Avenida D. Pedro II.

Capela de São Gonçalo: também era conhecida como Igreja da Conceição, assim como o colégio, e a residência dos jesuítas, era formada por um conjunto arquitetônico seiscentista, pois teve sua construção feita pelos jesuítas que vieram com Martim Leitão. Essa iniciada ao mesmo tempo em que começou a fundação da cidade de João Pessoa. A Igreja da Conceição foi demolida mais recentemente, no Governo de João Pessoa, sendo edificada no local uma capela com idêntico orago, na Rua São Miguel.

Necessário se torna que se esclareça, já que o Cônego Florentino, faz referência ao liceu, que o mesmo foi fundado e ali instalado no dia 24 de março de 1838, pela Assembléia Provincial da Paraíba, de acordo com a lei nº 11. O Liceu Paraibano funcionou inicialmente com as cadeiras de Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Matemática (MADRUGA, 2002, p. 7).

Rua do Collégio: atual rua Duque de Caxias, era dividida em três secções: primeiro a Rua Direita – trecho entre o Campo Cel. Luiz Inácio (atual Largo de São Francisco) até o Beco do Hospital (hoje Avenida Miguel Couto); segundo, Rua da

Baixa – da Igreja da Misericórdia à esquina do Caminho das Cacimbas (atual Avenida Guedes Pereira) e terceiro, a Rua São Gonçalo ou do Collégio.

Casa da Pólvora: a cidade possuiu três casas das pólvoras e dos armamentos; delas, apenas uma subsiste – a da ladeira de São Francisco, construída no alvorecer da era setecentista e que, ultimamente, foi reestruturada; a mais antiga ficava na Rua Nova (avenida General Osório); a outra ficava em um sítio que se chamava Passeio Geral, hoje Rodrigues Chaves (essa arruinada por completo).

Alagoa: a antiga lagoa, hoje Parque Sólon de Lucena, a que os visitantes chamavam de “Lagoa dos Irerês” em virtude do grande número de macacos que nadavam em suas águas, formava um aprazível logradouro, conhecido como Alagoa:

Para ser mais fiel transcreveremos trechos de Sampaio onde melhor se faça interpretar o ambiente e os fatos que o Prefeito Guedes Pereira transformou em decoração principal do Parque Sólon de Lucena, deu nome à Chácara que o comerciante português Vitorino Pereira Maia construiu ao lado oriental da velha cidade de Paraíba (MADRUGA, 2002, p. 11-12).

Esses pontos principais são apenas alguns dos destaques que identificavam os arredores que formavam o que se apresenta hoje como a Mata do Buraquinho. Na época em que foi concedida a possessão das sesmarias, existia na área apenas o Sítio Jaguaricumbe, como confirmado a seguir:

O que nos encoraja a afirmar que o SITIO JAGUARICUMBE ou MATA DO BURAQUINHO, tinha os seus limites pelo poente, vis à vis ao atual Palácio da Redenção. E parte de seus domínios atingia, também, boa parte dos arredores do Parque Sólon de Lucena, mais precisamente, onde atualmente se localiza o Cassino da Lagoa até confluir-se com a atual Avenida Dom Pedro II (MADRUGA, 2002, p. 15-16).

A cidade da Parahyba (antigo nome da capital paraibana) já apresentava alguns progressos, contava com ruas abertas e alargadas para dar passagem aos veículos e pessoal, luz instalada e o sistema de transporte público sob tração animal, já fora substituído pelos meios elétricos, no entanto, não existia ainda o sistema de água encanada e de saneamento básico.

[...] na cidade ainda se mantinha os hábitos de tomar banho de rio e retirar das cacimbas a água para beber e preparar os alimentos. Adicionado a isso, era comum a água usada correr a céu aberto, denunciando a igual necessidade de esgoto e saneamento (CHAGAS, 2004, p. 12).

Em relação ao começo do serviço de abastecimento de água da cidade, o então governador Valfredo Leal, nos anos de 1900, em face da terrível seca que assolou

o Estado na época, mandou iniciar os estudos para canalização de água utilizando os mananciais adquiridos pela empresa inglesa aqui sediada, chamada Paraíba Water Company, que vinha, havia algum tempo, desenvolvendo projeto nesse sentido. Esse empreendimento envolveu a compra, por cinco contos de reis a Antonio Furtado da Mota, do Sítio Jaguaricumbe (SEMARH, 2001).

O empreendimento anterior atesta que de fato o Sítio Jaguaricumbe foi a atual Mata do Buraquinho, uma vez que o Sítio Jaguaribe de Baixo ficava anexo àquela propriedade, descrita da seguinte forma:

O Sítio Jaguaricumbe, cujas águas do seu riacho são captadas para o atual abastecimento da capital, foi dado, em sesmaria, a Manuel Caetano Veloso e sua esposa Sofia da Franca Veloso, tendo pertencido depois de 1856, a vários outros até que em 1907 o seu dono, nesse tempo Antonio Furtado da Mota, vendeu-o à Fazenda pública, por cinco contos de reis (MADRUGA, 2002, p. 15-16).

O início da execução desse projeto data de 17 de junho de 1909, com recurso próprio do Estado, que passou a ser conhecido como os serviços de saneamento da Bacia do Jaguaricumbe, uma vez que, até então, a cidade era desprovida, desde sua fundação, de serviço público de limpeza e escoamento das águas que se acumulavam nos arredores em quase estado de estagnação, o que representou a construção do primeiro poço de água da capital.

No dia 21 de abril de 1912, sob responsabilidade dos engenheiros Victor Komenacker e Willian Game, entravam em funcionamento as duas caldeiras a vapor, que vinham da área conhecida como Mangabeira, que acionam as duas bombas Worthington (LEMOS, 2005, p. 5).

A mata que se tornou urbana

Na altura dos anos 90, o que existia de Mata Atlântica já tinha sido reduzido a 50% de sua extensão. Essa sistemática redução da área de mata fez gerar, já na época, a percepção da necessidade de se pensar em conservá-la, uma vez que já se viam algumas preocupações com os limites para onde a cidade poderia se expandir, como visto a seguir:

No ofício de 30 de dezembro de 1923 ao Exmo Sr. Dr. Solon de Lucena, refiro-me a necessidade de prontas e decisivas providências para que não prosseguisse a extensão da cidade para a vertente do Jaguaribe, invadindo-se a zona de proteção das águas subterrâneas (MADRUGA, 2002, p. 20).

Com o processo de expansão da cidade, no entanto, a Mata do Buraquinho foi sendo ocupada por invasões e projetos de urbanização, ampliando-se a fase de devastação da reserva.

Bem conhecida Avenida João Machado de hoje, era chamada Travessa do Jaguaribe, posteriormente do Bom Jesus, ia das Trincheiras até se confluir com a já citada estrada do Jaguaribe, passava por onde é hoje a Rua Alberto de Brito, até a margem esquerda do Rio Jaguaribe, região que em 1912, o então Governador Dr. João Lopes Machado, que cedeu seu nome à rua em questão, abriu o manancial do Buraquinho, justamente para receber a tubulação do novo sistema que conduzia água até onde se situa o prédio das voluntárias e a despejava numa caixa de água confeccionada em chapas de aço.

Com o advento da Avenida João Machado e a implantação do abastecimento de água da cidade, essa artéria passou a ter seus terrenos cobiçados por interesses diversos, entre os quais a implantação de várias edificações públicas e privadas; corresponsáveis pela ocupação desordenada da antiga Mata do Buraquinho e a diminuição de seu tamanho para as atuais medidas. Ao longo da João Machado foram sendo construídas históricas edificações que deram forma aos primeiros contornos urbanos da cidade, entre as quais:

Colônia Juliano Moreira: foi o primeiro prédio a ser instalado na área. Especialistas escolhidos pelo então Governador Solon de Lucena, em 1924, foram ao Rio de Janeiro e a São Paulo estudar o problema da assistência a alienados para, na Paraíba, orientar técnicos na construção do atual hospital-Colônia. Este ficou localizado no espaço que ia da D. Pedro II até a Rua 12 de Outubro.

Escola de aprendiz marinho: onde se localiza o prédio do Bom Pastor; funcionou durante muitos anos esta escola. O então governo doou um vasto terreno situado na Avenida João Machado onde passou a funcionar a escola que, depois de vários anos de funcionamento, teve suas atividades encerradas:

A Parahyba, que fora o berço nascedouro, da revolução de 1930, recebeu um golpe tremendo, com o encerramento das atividades da Escola de Aprendiz de Marinho. Funcionando, há anos, na Avenida João Machado, foi transformada, muitos anos depois, no Presídio Feminino Bom Pastor. Tinha também seus domínios da Avenida João Machado a Rua 12 de Outubro (MADRUGA, 2002, p. 23).

Maternidade Cândida Vargas: também se inclui neste rol de construções de grande porte, foi ela concebida na Gestão do interventor Ruy Carneiro, no ano de 1943.

Hospital e Casa de Saúde São Vicente de Paula: em 1912, sob a orientação do Dr. Walfredo Guedes Pereira, recebeu uma faixa de mata do Estado para, após devastá-la, construir esse, hoje, conhecido hospital.

Com essa mesma linha de ocupação da Mata do Buraquinho levantou-se a construção da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP); na área, eram inúmeras as fruteiras de grande porte, que foram derrubadas para dar lugar ao

prédio da administração daquele órgão. O mesmo ocorrendo com a área externa da Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA Central). A devastação da mata para a construção de vários órgãos públicos sempre foi avante, com a justificativa da chegada do progresso.

Este foi o segundo grande golpe sofrido pela exuberante Mata Atlântica. O primeiro foi quando da declaração das sesmarias, até a venda definitiva para os domínios do Estado, já estava resumida em uns 50% mais ou menos. (MADRUGA, 2002, p. 24) (grifo nosso).

Em 13 de outubro de 1955 foi passada a Escritura Pública de doação de terra extensiva ao Buraquinho, feita pelo Estado da Paraíba à Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), como identifica o termo seguinte:

Que a Lei Estadual n.º 1267, de 15 de setembro de 1955, adiante transcrito, autorizou o outorgante doar, como de fato doado tem, por bem desta escritura à outorgada, uma área de terreno medindo dez mil (10.000) metros quadrados, a ser desmembrada da propriedade descrita na cláusula anterior, área esta, cujo perímetro se inicia por um marco de cimento, situado ao lado direita da Avenida D. Pedro II [...] (MADRUGA, 2002, p. 29).

Uma das primeiras tentativas de formulação de um jardim remete ao ano de 1951, no Governo de José Américo de Almeida, em que foi executado o Acordo Florestal da Paraíba entre o Serviço Florestal e o Governo da Paraíba, em que estava prevista a criação do Jardim Botânico, cuja finalidade era a produção de mudas e essências florestais. A inauguração ocorreu apenas em 1953. Em 1957, o Estado doou, à União, 166 hectares da área da Mata do Buraquinho para a implantação de um horto florestal. (SEMARH, 2001)

A partir da década de 1940, o sistema de abastecimento de água através de poços foi sendo gradativamente extinto. Assim, foram elaboradas novas propostas de "aproveitamento" e exploração da Mata do Buraquinho, como a tentativa de criação de um Jardim Botânico e hortos florestais. Tais projetos nunca foram implementados completamente (OLIVEIRA e MELO, 2009, p. 119).

Outro marco importante desse processo evolutivo de formação do jardim diz respeito à construção do Campus I da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Na década de 70 a mata tinha sido reduzida a 565 hectares, além do mais ainda foi desmembrada para a construção desse conhecido órgão federal.

Um dos primeiros processos de agregação formal da área aconteceu com o Decreto Federal nº 98.181, em 1989, em que 471 hectares desse espaço foram declarados Área de Preservação Permanente (APP), ficando sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos

Naturais Renováveis (IBAMA). Assim como, também, ficaram sob a jurisdição da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) outros 305 hectares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aliada a todo esse processo de redução física da Mata Atlântica, desde os anos 90, a reserva, também, tem passado pelos processos de entropia urbana, fato comum às grandes cidades que ainda possuem alguma reserva ambiental. Já hoje, a região passa por forte influência de agentes econômicos especulativos que visam à construção de vastos empreendimentos ao redor da mata, além das antigas invasões e ocupações de terras feitas por comunidade de diversas origens, em busca de moradia improvisada ao seu redor.

Ao mesmo tempo em que aconteciam os desmatamentos citados, houve vários movimentos ambientais e iniciativas organizacionais para que fosse criado, formalmente, um jardim botânico dentro da Mata do Buraquinho, principalmente, para que esse meio ambiente passasse a exercer sua função social. Fato este que gerou diversos momentos de tensões e de esperança por parte daqueles que, sistematicamente, defenderam a preservação e a criação de uma política de gestão sustentável para esse espaço ambiental privilegiado, podemos citar, por exemplo, a APAN (Associação Paraibana dos Amigos da Natureza), com especial destaque à pessoa do conhecido e renomado botânico da Paraíba, que teve seu nome sempre ligado à defesa dessa reserva ambiental, Lauro Pires Xavier.

Uma ida até ao Jardim Botânico de João Pessoa, um dos atrativos turístico da cidade, é possível constatar que o pouco do que restou da exuberante Mata Atlântica original vive hoje mal cercada nesse espaço de conservação.

A real ou aparente qualidade de vida oferecida pela Cidade de João Pessoa e normalmente percebida pelos visitantes tem, necessariamente, uma relação intrínseca com o quanto de espaço verde que ainda se conserva em meio à dinâmica urbana da capital do Estado da Paraíba. No caso de Joao Pessoa, muito do discurso sobre o estado de conservação de seu meio ambiente, nem sempre, é reflito no cotidiano mais duradouro da administração de suas reservas ambientais, com destaque para a Mata do Buraquinho onde se encontra o Jardim Botânico de João Pessoa, referência turística da cidade.

REFERÊNCIAS

CHAGAS, Waldeci Ferreira. *As singularidades da modernização da Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930*. 2004. 218f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

LEMOS, Niedja de Almeida Brito. *Bacia Hidrográfica urbana e degradação ambiental: o alto vale do Rio Jaguaribe*. 2005. 76f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

MADRUGA, João B. César. *Sítio Jaguaricumbe – Mata do Buraquinho: berço do abastecimento d'água de João Pessoa*. João Pessoa: JBBM, 2002.

MELO, Gutemberg de Pádua. *Projeto de educação ambiental para as comunidades que vivem em torno de unidade de conservação*. João Pessoa: IBAMA, 1995.

MENDOSA, Carlos O. Lopes. *O Jardim Botânico de João Pessoa: uma pequena descrição*. João Pessoa, IPÊ, UNIPÊ, MATHB, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert *Meio ambiente e ciências humanas*. São Paulo: Hucitec, 20008.

MORAES, A. Carlos de; BARONE, Radamés. O desenvolvimento sustentável e as novas articulações econômica, ambiental e social. *PESQUISA & DEBATE*, SP, v. 12, n. 2, p.119-140, 2001. Disponível em: < [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/\(20\)antonio_moraes.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/(20)antonio_moraes.pdf)> Acesso em: 10 fev. 2012.

OLIVEIRA, Suênia. C. C.; MELO, Rodrigo. S. As trilhas do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (João Pessoa - PB) como recurso para interpretação ambiental. *Caderno virtual de turismo*, v. 9, n.2, p. 113-125, 2009.

SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Diagnóstico geoambiental rápido da área de baixo curso do rio Jaguaribe: trecho localizado no limite territorial dos municípios de João Pessoa e Cabedelo PB. João Pessoa, 2009.

Contato com o autor: lopes40@bol.com.br
Aprovado em: 27/10/2013